

## FRAGMENTOS DE NÓS

SILVA, Ana Célia da. *Fragments de mim*. Salvador: Editora Katuka, 2023. 336 p.

A obra *Fragments de mim*, de Ana Célia da Silva, é uma obra primordial, autobiográfica, que qualquer leitor/a pode ler, sem preocupação com a linguagem hermética que, geralmente, predomina na academia. Como acentua a própria autora: “nós construímos uma linguagem acadêmica, mas como disse [Moacir] Gadotti, traduza-a para que todos tenham acesso à ela” (p. 153). E assim Ana Célia da Silva o fez. Inspirada por seu grande mestre, escreve para seus alunos/as entenderem, embasada também nas lições de Paulo Freire e do ativismo negro, percebe a educação como uma poderosa arma de transformação social.

É muito difícil resenhar uma autobiografia dessa magnitude e grandeza, principalmente escrita por essa grande intelectual negra, militante do

movimento negro brasileiro, professora, escritora, mulher negra que eu tive a honra de conhecer e conviver em alguns momentos no Movimento Negro Unificado da Bahia. No início dos anos de 1990, eu era uma estudante universitária que reivindicava o reconhecimento da minha identidade negra e étnica, como alguns jovens negros/as da minha geração, que viam na Professora Ana Célia, e no seu trabalho ativista e intelectual, uma inspiração para a luta antirracista na educação superior e pela igualdade racial na sociedade brasileira.

Concordo com Ana Rita Santiago quando assinala no prefácio que a obra *Fragments de mim* “apresenta-se tecida por recordações, relatos e descrições [...] a sua narrativa não tem compromisso com a história de vida e

nem com a ‘história única’ e, sim, com pedaços, fios e fiapos, ou seja, ‘fragmentos’ da existência da autora” (p. 19).

Nesse sentido, procurarei destacar os aspectos que considero mais significativos da obra, narrados em termos de uma história autobiográfica descontínua em relação aos acontecimentos, fatos e eventos contados pela autora. Aqui, a minha percepção misturar-se-á às percepções de quem tem um *standpoint* de um lugar situado em relação ao contexto corporificado e ao texto escrito. A minha percepção como ativista negra, professora e socióloga estará presente nos interstícios dos textos selecionados, temas, paisagens e sujeitos que protagonizaram lutas. Junto com Ana Célia da Silva, histórias singulares e pessoais, mas também coletivas; atravessadas por momentos de rupturas, transformações, mudanças e adversidades históricas instituídas por várias estruturas múltiplas de dominação, contra os quais a autora se insurge como sujeita coletiva nos caminhos amefricanos.<sup>1</sup>

---

1 Conceito utilizado pela antropóloga Lélia González. Para uma melhor compreensão, ver: Lélia Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (Organização de Flávia Rios e Márcia Lima), Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Vejamos resumidamente quais foram esses caminhos.

A Professora Ana Célia da Silva é militante do movimento negro baiano e brasileiro desde a década de 1960. Seu ativismo também é marcado por outras pautas, como a luta contra a ditadura militar no Brasil, em favor da democracia, da educação pública voltada para as classes populares, valorização da cultura negra e popular e na luta contra o racismo, esse último visto como um grande sistema de opressão que impacta na vida da população negra brasileira, especialmente no âmbito da educação. O antirracismo motivou e explica a atuação da professora em prol de uma educação que esteja ao alcance de todos os grupos, especialmente as populações que historicamente foram deixadas à margem da sociedade, desde o período do pós-abolição: a população negra e pobre.

A educação sempre teve um valor importante na existência de Ana Célia da Silva e de sua família de origem. Ela nasceu em 1940, na Rua do Bispo, no Centro histórico de Salvador, na Bahia. Seus pais eram oriundos da classe trabalhadora baiana – sua mãe era camponesa e depois se tornou trabalhadora doméstica; seu

pai, motorneiro de bonde. Seu pai casou-se duas vezes e teve doze filhos/as – quatro do primeiro casamento e oito do segundo, dos quais apenas cinco estão vivos. Ana Célia narra as dificuldades encontradas e *estratégias* de sobrevivência dos mesmos para sustentar economicamente os seus irmãos e possibilitar-lhes acesso à educação e uma vida digna. As redes familiares extensas e de vizinhança, lideradas por mulheres, foram importantes na sua formação escolar e dos seus irmãos e irmãs. Sua formação inicial escolar e sua vocação *a posteriori* como educadora iniciou-se na juventude, sob influência das mulheres de sua família – mãe, tias e irmãs – e dos irmãos mais velhos/as. Em 1963, concluiu o curso pedagógico no Colégio ICEIA;<sup>2</sup> depois desse período, sua formação educacional alçou voo em direção à formação acadêmica. Vejamos como os caminhos amefricanos/as a conduziram na encruzilhada entre a educação, a academia e o movimento social negro como importantes espaços de (re)existência, aprendizado, construção de identidades negras e

reconhecimento enquanto uma intelectual negra engajada, isto é, atuante nos movimentos sociais que a constituíram enquanto sujeita política e de conhecimento.

Em 1964, no início da Ditadura Militar no Brasil, Ana Célia da Silva fez vestibular para pedagogia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal da Bahia (UFBA); segundo a autora, foi aprovada em terceiro lugar e, no ano seguinte, iniciaria o curso de pedagogia. Naquele período, juntamente com alguns jovens universitários, iniciou sua militância no movimento estudantil “particip[ando] das reuniões que aconteciam no restaurante universitário e de todas as manifestações de rua, antes da instituição do AI-5, em setembro de 1968” (p. 93). Foram anos difíceis, de censura, perseguições e perdas de grandes líderes que lutavam pela libertação em prol de uma sociedade socialista; o assassinato de Che Guevara, em outubro de 1967, foi relatado por Ana Célia da Silva como um fato marcante em sua trajetória no movimento estudantil.

Em 1968, Ana Célia concluiu o curso de pedagogia na UFBA. A

---

2 ICEIA – Instituto Central de Educação Isaias Alves, fundado na cidade de Salvador, na Bahia, em 1948, e atuante até hoje.

partir daí, a sua formação acadêmica e profissional enquanto educadora se entrecruzou com o ativismo negro; os caminhos da amefricanidade revelaram-se como categorias político-culturais de pensamento e de ação, produzidas pelas experiências das populações negras e ameríndias na diáspora na América no contexto da escravidão e no pós-abolição (p. 77).<sup>3</sup> É difícil compreendermos os percursos autobiográficos dessa destacada ativista negra sem atestar o nível de complexidade de várias histórias entrecruzadas, cuja teia narrativa não obedece à linearidade de tempo-espaço convencional. Assim, podemos dizer que “fragmentos” são memórias vívidas que representam um “eu coletivo” que temporaliza os sentidos compartilhados de vários contextos interligados, produzindo descontinuidades históricas através de sujeitos que narram os acontecimentos.<sup>4</sup> Foi assim que Ana Célia da Silva definiu as grandes revoluções que ocorreram nos

3 Lélia González, “A categoria político-cultural de amefricanidade”, *Tempo Brasileiro*, n. 92/93 (1988), pp. 69-82.

4 Maria Suely Kofes, “Uma trajetória, em narrativas”, Tese (Livro Docência), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998; Ana Cláudia Lemos Pacheco, *Mulher negra: afetividade e solidão*, Salvador: Edufba, 2013, p. 382.

anos de 1970 no contexto da Bahia, modificando o seu percurso de vida. Vejamos.

No capítulo 11 do livro, intitulado “Ilê Aiyê: a primeira revolução dos anos setenta”, a autora descreve o surgimento do primeiro bloco afro-brasileiro, o Ilê Aiyê: “vi nascer o movimento que iria mudar completamente o meu rumo ideológico na vida [...], vi nascer, em 1974, o primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê como uma proposta histórico-cultural, social e educativa” (p. 121). A importância histórica do bloco afro Ilê Aiyê, que completou cinquenta anos de existência e resistência no carnaval de 2024, confirma a percepção de Ana Célia em relação à grande contribuição político-cultural do referido bloco na autoafirmação da identidade negra, da ressignificação estética dos estereótipos negativos produzidos pelo pensamento branconcêntrico em relação ao corpo e ao cabelo das pessoas negras. Como acentua a autora: “O Ilê surgiu [...] cantando a primeira música com intenções de reconstrução da nossa autoestima [...] cantando o mundo negro com os cabelos duros e *black power*”. E ressalta “Ah, se não fosse o Ilê Aiyê?” (p.122).

Vários/as estudiosos/as desse campo têm ressaltado a importância do Ilê enquanto um espaço também educativo, sobretudo para jovens e crianças negras no ambiente escolar. Tendo como foco de estudos o racismo na escola e no livro didático, a professora Ana Célia da Silva militou na defesa árdua de uma educação antirracista, que se consolidaria, mais tarde, com seu protagonismo no interior do Movimento Negro Unificado (MNU).

No capítulo 12, a autora intitula a segunda grande revolução dos anos de 1970, referindo-se ao surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no ano de 1978, em São Paulo.<sup>5</sup> No contexto baiano, Ana Célia da Silva interseccionou várias lutas construídas no curso de sua formação educacional e profissional, intercalando-as à experiência vivida na militância negra nos grupos culturais que deram origem ao MNU, como o grupo formado por militantes históricos da organização: Gilberto Leal, Godi, Arany Santana, Telma Santos, Ivete Sacramento e outros. Na

5 O MNUCDR, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, surgiu, inicialmente, com esse nome, em São Paulo, depois adotou a nomenclatura nacionalmente conhecida MNU – Movimento Negro Unificado.

formação do MNU, a autora destaca alguns nomes que foram precursores desse movimento: Lino Almeida, Manoel Almeida, Professor Roberto Santos e Luiz Orlando.

Em momento posterior, a autora destaca outras grandes lideranças, como Luiz Alberto e Luiza Bairros. No interior da estrutura organizacional da referida entidade, havia a formação de grupos de trabalho – Ana Célia da Silva e seu irmão, Jônatas Conceição, poeta, escritor e militante do MNU e do bloco afro Ilê Aiyê, juntamente com Gildália Anjos, Gilda Figueiredo e outros, teriam ajudado a fundar o grupo de trabalho de educação. A partir daquele período, Ana Célia da Silva intensifica e aprofunda uma das pautas mais importantes do seu legado intelectual e ativista: a construção de um plano de ação para uma educação antirracista e de base que pudesse alcançar as comunidades negras e periféricas na cidade de Salvador, pautada na “formação de professores de ensino fundamental e médio para as escolas das redes municipal e estadual do bairro da Liberdade” (p. 128) e de outros espaços, como o Calabar, a Associação de Trabalhadoras Domésticas, os blocos afro e as

comunidades adjacentes. Vários projetos educacionais e culturais foram criados por esse grupo de educação, cujos protagonistas foram a professora Ana Célia da Silva e seu já citado irmão, Jônatas Conceição (*in memoriam*); a estes, somaram-se Makota Valdina, o professor Jaime Sodré, a professora e antropóloga Maria de Lourdes Siqueira e outros/as professores/as: Lindinalva Barbosa, Jorge Conceição e Jô Guimarães, ambos educadores do projeto de extensão de formação do Ilê Aiyê e educadoras do CEAFFRO/UFBA.<sup>6</sup>

A experiência amefricana construída nos dois espaços da militância negra possibilitou a Ana Célia da Silva vivenciar várias avenidas identitárias, cujas trilhas a levaram ao espaço acadêmico. No ano de 1984, ingressou no mestrado em educação da UFBA, na linha de pesquisa “Educação, Cultura e Arte”, coordenada pela professora doutora Maria de Lourdes Siqueira, cuja pesquisa versava sobre a discriminação do negro no livro didático, a qual gerou o livro que a consagrou como intelectual pioneira nesse

6 O CEAFFRO é um programa de extensão de educação para a igualdade racial e de gênero criado em 1995 pela Universidade Federal da Bahia. Para maiores informações, ver site: [☞](#)

campo de estudos sobre o negro e a educação no Brasil. No processo de vivência na pós-graduação, Ana Célia da Silva já era militante do Movimento Negro e professora do ensino médio de uma escola pública em Salvador. A decisão de fazer o mestrado, aos 48 anos, foi, segundo ela, influenciada e incentivada pela professora Lourdinha Siqueira, professora da Faculdade de Administração da UFBA e militante do movimento negro baiano. Ana Célia relata experiências de racismo e de etarismo no processo de seleção e na convivência no ambiente acadêmico; entretanto, a sua experiência não foi solitária, pois tinha colegas negras e não negras que contestavam esses estranhamentos no espaço acadêmico, fortalecendo-se mutuamente na persistência de levarem à frente suas pesquisas sobre a temática étnico-racial na educação. Após concluir e defender a dissertação de mestrado, Ana Célia da Silva inauguraria um novo desafio: tornar-se professora do ensino superior, algo almejado e realizado com êxito. No capítulo 17, intitulado “A Docência Universitária”, Ana Célia da Silva relata momentos de grandes desafios, bem como

projetos exitosos implementados por ela na área da educação após sua aprovação no concurso docente para a Universidade do Estado da Bahia, no *campus* I, de Salvador, em 1994, período de grande mobilização da agenda política do movimento negro contemporâneo no enfrentamento às políticas do Estado em relação às questões raciais. Naquela conjuntura, a pauta da educação ressurgiu na esfera pública, através de debates sobre o negro e à educação superior. A exclusão da população negra das universidades foi apontada como um dos pilares estruturadores do racismo e responsável por promover desigualdades, constatadas pela baixa representação de estudantes negros dentro das universidades públicas.<sup>7</sup> Como parte desse movimento, coletivos de estudantes universitários negros já tinham realizado o I SENUN (I Seminário Nacional de Universitário Negro), que ocorreu em 1993, na UFBA, em Salvador.<sup>8</sup> Nesse evento, a pesquisa

da professora e ativista Ana Célia da Silva, resultado de sua dissertação de mestrado sobre a representação do negro no livro didático, foi apresentada e tornou-se uma referência fundamental para todos nós à época, mais de mil universitários(as) negros/as que lotaram o campus da UFBA e debateram sobre representações, estereótipos, eurocentrismo, racismo e branqueamento nos currículos escolares e na estrutura das universidades brasileiras.<sup>9</sup>

Dito isto, não poderia deixar de registrar um impacto positivo que a pesquisa e o ativismo negro da professora Ana Célia da Silva nos causaram. Seu ativismo por uma educação antirracista foi um marco não só para minha formação educacional, como abriu novos caminhos para uma geração de jovens negros que vislumbrava possibilidades reais de inserção nas universidades como: estudantes, acadêmicos/as, pesquisadores/as, professores/as. O trabalho e o ativismo negro da professora Ana Célia da Silva ecoam até

7 Delcele Mascarenhas Queiroz, “Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo” *in* Delcele Queiroz (org.), *O negro na universidade* (Salvador: Novos Toques, 2002), p.194.

8 Sobre esse movimento, ver: Nádía Maria Cardoso da Silva, “Instituto Steve Biko – juventude negra mobilizando-se por

políticas de afirmação dos negros no ensino superior”, Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

9 Refiro-me ao livro de Ana Célia da Silva, *A discriminação do negro no livro didático*, Salvador: CEAO/ACED, 1995.

hoje entre nós; sua história pessoal é uma história coletiva, escrita por lembranças que deixaram marcas e continuam inspirando e transformando a vida da população negra brasileira no âmbito da educação.

Sua atuação enquanto docente da UNEB, de 1994 até 2010, foi marcada por experiências amargas, lidas por Ana Célia da Silva como dilemas de uma “professora preta na academia” e de uma “professora preta na pós-graduação”, que viveu “dororidades” advindas de situações de racismo, sexismo e preconceito geracional. Apesar das experiências dolorosas, Ana Célia conseguiu, nesse ínterim, tornar-se doutora em educação, aprofundando o campo da pesquisa sobre educação e relações étnico-raciais. Como professora da pós-graduação, implementou vários projetos de pesquisa aprovados em grandes agências nacionais e internacionais de fomento no Brasil, como o CNPq, a CAPES e Fundação Ford; participou de diversas conferências nacionais e internacionais na América Latina, nos Estados Unidos e em fóruns científicos dentro da área de educação; criou grupos de pesquisa e projetos de formação de professores/

as. Seu grande objetivo continua sendo elaborar ações coletivas que combatam e revertam os estereótipos socialmente negativos construídos em relação à população negra no livro didático na educação básica, tema que a autora persevera na atualização das discussões sobre a representação e desconstrução de estereótipos ainda existentes nos livros didáticos em relação às pessoas negras após à implementação da Lei 10.639/03. A pergunta que embasou a pesquisa de sua tese de doutorado, e que deu origem a outros livros publicados pela autora, foi: “a representação social do negro no livro didático – o que mudou – por que mudou?”. De acordo com Silva:

Os resultados da pesquisa revelaram mudanças significativas, embora em pequeno âmbito, nos livros de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental de séries iniciais. Essas mudanças podem concorrer para desenvolver a autoestima e a identidade da criança negra, bem como a aceitação do seu outro assemelhado, da sua cultura e da sua história, eliminando a autorrejeição e a rejeição aos seus assemelhados, a sua cultura e a sua história (p. 224).

O legado da professora Ana Célia da Silva atravessa gerações. Os relatos iconográficos atestam um compromisso político dessa ativista negra que, desde de 1986, quando participou de uma manifestação pública organizada pelo MNU na UFBA, cuja bandeira era “pelo ensino da história e da cultura negra na educação” (p. 167), assinalam seu protagonismo *amefricano*, décadas antes da implementação da Lei 10.639/03, promulgada pelo Presidente Lula, em 2003, no seu primeiro mandato presidencial. A pauta sobre o Negro e a Educação passa a ganhar notoriedade na década de 1990 e no início do século XXI, período de implementação de políticas públicas direcionadas à população negra no âmbito educacional, resultantes da mobilização das lutas dos movimentos sociais negros nas décadas anteriores.<sup>10</sup>

É interessante percebermos como o corpo-território de Ana Célia da Silva passa entre várias paisagens

10 Ana Célia da Silva, *Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à Lei n. 10.639/03* (2ª edição), Salvador: Edufba, 2020; Jocélio Teles dos Santos, *Ativismo negro no Brasil: frente ao Estado e no Estado (1970-2016)*, Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS Editora, 2022, p. 280.

socioeducativas, contando-nos outra história do negro e dos processos de resistência coletiva pelos quais vários sujeitos tornaram-se protagonistas dessas ações. As imagens e fotografias, os corpos e os lugares de onde emergiram os repertórios relatados e publicados por Ana Célia da Silva, revelam um campo de significações sobre o “tornar-se negro/a”, alinhado descontinuamente a um estoque racial que ganha uma multidimensionalidade de categorias. O movimento do corpo negro da autora tornou-a ativista, professora, pesquisadora, intelectual negra, mulher negra idosa, acumulando-se mais uma identidade, quando trânsitos religiosos adentrariam seus caminhos por meio da espiritualidade, das religiões de matriz africana, do candomblé. Ana Célia tornou-se filha de santo em 1986, iniciada por Mãe Hilda Jitolú, uma das grandes ialorixás da Bahia, mãe biológica de Vovô do Ilê Aiyê, fundador do primeiro bloco afro-brasileiro.

Nesses trânsitos, a autora descreve muitas personagens centrais das histórias de resistência negra nos lugares em que frequentava. É impossível citar todas aqui, afinal, como acentua

a própria Ana Célia da Silva, são oito décadas de existência, memórias escritas e fragmentos de uma vida que vive intensamente. Como afirmado no posfácio, escrito por sua querida irmã biológica, amiga e companheira, Angélica Maria da Silva, a quem Ana Célia tem um profundo amor e respeito: “A sua autobiografia nos apresenta sua preocupação em apoiar os projetos, cujos objetos de investigação eram a história de lideranças negras, as manifestações artístico-culturais-negras” (p. 333). E continua: “Ela espera vida longa para continuar sua trajetória de luta por justiça e igualdade social para os pobres e negros tão sofridos deste nosso Brasil” (p. 334).

Para Ana Célia, só é possível superar os momentos de dor, as perdas de entes queridos (irmãos, amigos/as e militantes históricos) e a doença acometida recentemente devido às redes de apoio da família, das organizações políticas negras lideradas por homens negros e mulheres negras, a quem Ana Célia da Silva menciona várias vezes em sua obra. Estes formam a rede político-cultural da amefricanidade, conceito-chave criado pela feminista negra e antropóloga Lélia González para se referir às

ferramentas e às experiências de resistência, como o aquilombamento, que os povos negros e ameríndios acumularam contra os sistemas de dominação, instituídos desde a época da colonização da América *Ladina*. Na obra *Fragmentos de mim*, a amefricanidade é mobilizada por Ana Célia da Silva como uma chave interpretativa formulada por feministas do século passado que afirmavam que “o pessoal é político”, ou seja, o pessoal pode se constituir como um ponto de partida para se entender as conexões entre as experiências pessoais e as estruturas sociais e políticas de um dado contexto cultural e histórico; é um lugar privilegiado da *standpoint theory* ocupado por mulheres negras diante da sua realidade material, enquanto grupo social oprimido.<sup>11</sup>

Sendo assim, a autobiografia de Ana Célia da Silva nos revela vários campos de análise. A meu ver, esta obra poderia ser chamada de “Fragmentos de nós”, pois ainda assim não perderia seu sentido de uma história pessoal vista e escrita pela ótica de uma mulher negra.

11 Sobre as teorias do feminismo negro, ver Patricia Hill Collins, “The social construction of black feminist thought”, *Signs: journal of Women in culture and Society*, v. 14, n. 4 (1989), pp. 745-773, [📄](#); Luiza Bairos, “Nossos feminismos revistados”, *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2 (1995), pp. 468-463.

Durante a pandemia do coronavírus, em um momento difícil, de isolamento social, Ana Célia escreveu: “Nós, os pobres, as mulheres, os negros/as, LGBTQIA+ e outros – que somos maioria nessa nação –, precisamos, com urgência, extirpar essa representação negativa de nós mesmos/as e ver a nossa nação e sociedade como um todo, nos unir e reagir” (p. 330). E como diriam nossos/irmãos e irmãs ativistas negros(as): “salve, Ana Célia da Silva”, “eu sou porque nós somos”.

**Ana Cláudia Lemos Pacheco**  

*Universidade do Estado da Bahia*

DOI: 10.9771/aa.v0i70.65894